

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

15 QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Fábula: O leão apaixonado

Certa vez um leão se apaixonou pela filha de um lenhador e foi pedir a mão dela em casamento. O lenhador não ficou muito animado com a ideia de ver a filha com um marido perigoso daqueles e disse ao leão que era muita honra, mas muito obrigado, não queria. O leão se irritou; sentindo o perigo, o homem foi esperto e fingiu que concordava:

- É uma honra, meu senhor. Mas que dentes o senhor tem! Que garras compridas! Qualquer moça ia ficar com medo. Se o senhor quer casar com minha filha, vai ter que arrancar os dentes e cortar as garras.

O leão apaixonado foi correndo fazer o que o outro tinha mandado; depois voltou à casa do pai da moça e repetiu seu pedido de casamento. Mas o lenhador, que já não sentia medo daquele leão manso e desarmado, pegou um pau e tocou o leão para fora de sua casa.

Moral: Quem perde a cabeça por amor sempre acaba mal.

01. A fábula de Esopo:

- A. Não trata de nenhum tema específico.
- B. Pretende mostrar a estratificação social.
- C. Se utiliza de animais para denunciar o preconceito.
- D. Trata uma história de amor impossível.
- E. Denuncia a condição da mulher em nossa sociedade.

02. A fábula começa apresentando o leão e logo nos vêm à mente todas as características tradicionalmente atribuídas ao animal. Ao final da narrativa, porém, percebemos que o leão foi:

- A. Submisso
- B. Corajoso
- C. Cruel
- D. Justo
- E. Insano

03. Aponte a alternativa que contém uma característica pertinente ao texto:

- A. O tempo e o espaço em que os fatos se dão estão bem definidos.
- B. É uma narrativa curta, por isso não apresenta os elementos básicos da narrativa.
- C. Título insignificante para a trama.
- D. Encerra em si uma linguagem simples, pois dirige-se ao povo.
- E. Personagens são apenas animais que apresentam comportamento humano.

04. Considere as três afirmações abaixo acerca do texto lido:

- I. Apesar de tratar-se de uma narrativa é possível que consideremos algumas passagens argumentativas.
- II. Apresenta uma situação problemática, ou seja, existe um conflito.
- III. É narrado em 3ª pessoa.

Diante da análise acima, podemos afirmar que:

- A. I e II estão corretas.
- B. Apenas III está correta.
- C. I, II e III estão corretas.
- D. Apenas I está correta.
- E. I e III estão corretas.

05. O texto está repleto de adjetivos. Qual o papel fundamental deles na fábula?

- A. Caracterizar os personagens e a partir disso permear as ações sendo determinantes para o conflito e o desfecho da narrativa.
- B. Construir o próprio sentido do texto, sem adjetivos para sustentar a fábula, ela não se realiza como gênero textual.
- C. Nenhum, pois os adjetivos formam uma classe gramatical meramente alegórica.
- D. Mostrar a constância nas atitudes e pensamentos das personagens, fluindo para um desfecho claro e previsível.
- E. Acompanhar as mudanças no caráter do lenhador como personagem dotada de real humanidade.

06. A narrativa traz verbos no pretérito perfeito como ‘fingiu’ e ‘voltou’. O que a escolha desse tempo denota?

- A. Ações passadas, narrador descrevendo como os fatos iam prosseguindo.
- B. Ações iniciadas no passado, narrador prolongando o fato ocorrido.
- C. Ações passadas, ação ocorrendo até o momento da fala.
- D. Ações acabadas, distanciamento do narrador.
- E. Ações com valor de passado, narrador não conhece todas as nuances da história.

07. Em “mas que dentes o senhor tem!” A palavra sublinhada:

- A. Tem valor de contraste.
- B. Tem a função de realce.
- C. Dá a ideia de conformidade.
- D. Introduce uma hipérbole.
- E. É um aposto.

08. ‘Se o senhor quer casar com minha filha, vai ter que arrancar os dentes e cortar as garras.’ Em relação ao valor semântico da conjunção sublinhada:

- A. É de concessão
- B. É de adição
- C. É de contraste
- D. É de alternância
- E. É de condição

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

09. Em qual das alternativas NÃO houve erro no emprego da vírgula?

- A. O ministro das Comunicações Paulo Bernardo, disse que a melhoria da qualidade do serviço de telefonia móvel ainda vai demorar a ser percebida pelos usuários.
- B. "Os problemas, levarão meses para serem solucionados e nós não temos a pretensão de proibir as vendas durante esse tempo todo", afirmou.
- C. Segundo ele, o governo espera que as companhias apresentem um plano com "início meio e fim" para a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) indicando as medidas que tomarão, para satisfazer o usuário.
- D. "Não temos expectativa de que rapidamente vamos resolver todos os nossos problemas. Mas é possível apontar soluções, os caminhos, assumir compromissos públicos e a partir daí executar um plano", completou.
- E. Na tarde desta quarta-feira (25) o ministro recebeu o presidente-executivo do, Grupo Telecom Itália, Franco Bernabè, para conversar sobre a estratégia da empresa, dona da TIM, de solucionar o problema.

Capitulação

Delivery

Até para telepizza

É um exagero.

Há quem negue?

Um povo com vergonha

Da própria língua.

Já está entregue.

Luís Fernando Veríssimo

10. Qual a relação entre o título do poema e o texto?

- A. O estrangeirismo é mais um capítulo na série de situações em que o povo demonstra envergonhar-se da língua portuguesa.
- B. O povo rendeu-se aos estrangeirismos por vergonha da própria língua.
- C. Como significa 'exagero', o título é uma resumo do tema do texto.
- D. Na verdade, o texto fala mais sobre entrega do que sobre capitulação.
- E. O hábito de não só usar os estrangeirismos, como também de grafá-los em letra maiúsculas.

11. 'Há quem negue?' De acordo com as normas gramaticais o verbo 'haver' na frase:

- A. É impessoal, por isso o sujeito está explícito.
- B. É impessoal, pois tem o sentido de 'existir'.
- C. Verbo na terceira pessoal do singular, unipessoal.
- D. Empregado na terceira pessoa sem seguir nenhum tempo verbal.
- E. É um verbo auxiliar.



12. No último quadrinho o emprego do pronome oblíquo obedece a qual regra?

- A. Não se iniciam frases com pronome oblíquo.
- B. Frases com orações reduzidas de gerúndio, ocorre a ênclise.
- C. A ênclise deve ser empregada nas orações imperativas afirmativas.
- D. O infinitivo não está flexionado.
- E. O verbo é precedido por uma conjunção subordinativa.

Um grupo de juízes eleitorais está usando a nova Lei de Acesso à Informação para obrigar candidatos a divulgar, antes mesmo das eleições, quem são os doadores de suas campanhas.

Atualmente, a legislação eleitoral permite que os nomes sejam fornecidos aos tribunais eleitorais depois do pleito.

Pelo menos três atos normativos que usaram a lei como base foram baixados por juízes do Maranhão e de Mato Grosso.

O último foi da Justiça Eleitoral em Poconé (100 km de Cuiabá), que determinou nesta terça-feira (24) que os 65 candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador no município informem quem são os doadores e quanto dinheiro entrou nas campanhas.

Há duas semanas, um outro juiz também determinou a mesma medida para os candidatos de Cáceres, no sul de Mato Grosso.

De acordo com os atos, os dados deverão ser informados no envio de cada prestação de contas parcial aos tribunais regionais eleitorais locais, no início de agosto e de novo em setembro, e não depois de outubro, como é previsto na legislação.

Os candidatos que não quiserem fornecer os dados podem entrar com mandados de segurança na Justiça local.

13. Que outra palavra abaixo é acentuada pela mesma regra que 'juízes'?

- A. raíñas
- B. baú
- C. ônibus
- D. ministério
- E. útil

14. Os candidatos que não quiserem fornecer os dados podem entrar com mandados de segurança na Justiça local. O termo sublinhado tem a função de:

- A. Universalizar o vocábulo 'dados'.
- B. Especificar o termo 'dados'.
- C. Explicitar uma ideia contida no verbo 'fornecer'.
- D. Indicar uma pausa entre 'candidato' e 'mandados'.
- E. Restringir o sentido da palavra 'candidato'.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

15. ‘divulgar, antes mesmo das eleições, quem são os doadores de suas campanhas.’ O termo sublinhado é classificado como:

- A. Vocativo.
- B. Adjunto adverbial.
- C. Aposto.
- D. Objeto direto preposicionado.
- E. Objeto direto.

**25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS**

16. Consistem em princípios fundamentais da Ética em Serviço Social:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Está correto o que se afirma em:

- A. I e II apenas.
- B. II e III apenas.
- C. I, II e III apenas.
- D. II, III e IV apenas.
- E. I, II, III e IV.

17. Constituem competências do Assistente Social:

- I. Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
- II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.
- III. Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
- IV. Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

- A. I e II apenas.
- B. II e III apenas.
- C. I, II e III apenas.
- D. I, II e IV apenas.
- E. I, II, III e IV.

18. Julgue os itens a seguir:

- I. São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).
- II. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.
- III. Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.
 - A. Apenas o item I está correto.
 - B. Apenas o item II está correto.
 - C. Apenas o item III está correto.
 - D. Apenas os itens I e II estão corretos.
 - E. Todos os itens estão corretos.

19. Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

- I. Orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.
- II. Assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário.
- III. Aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.
- IV. Aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.
- V. Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.
 - A. I e II apenas.
 - B. II e III apenas.
 - C. I, II e IV apenas.
 - D. I, II, III e IV.
 - E. Todos os itens.

20. Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

- I. Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.
- II. Fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região.
- III. Expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

IV. Zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional.

V. Aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional.

- A. I, II e III apenas.
- B. II e III apenas.
- C. I, II e IV apenas.
- D. I, II, III e IV apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

21. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, a assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Está(ão) correto(s):

- A. I e II apenas.
- B. I, II e III apenas.
- C. II, III e IV apenas.
- D. III, IV e V apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

22. A organização da Assistência Social tem como base as seguintes diretrizes:

- I. Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
- II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

- A. I apenas.
- B. II apenas.
- C. III apenas.
- D. I e II apenas.
- E. I, II e III.

23. Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, exceto:

- A. Coordenar e articular as ações no campo da assistência social.
- B. Propor ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos.
- C. Eliminar recursos para o pagamento dos benefícios de prestação continuada definidos nesta lei.
- D. Elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais da Seguridade Social.
- E. Propor os critérios de transferência dos recursos de que trata esta lei.

24. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social, cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta lei. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- A. O Poder Executivo terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta lei, obedecidas as normas por ela instituídas, para elaborar e encaminhar projeto de lei dispendo sobre a extinção e reordenamento dos órgãos de assistência social do Ministério do Bem-Estar Social.
- B. A União continuará exercendo papel supletivo nas ações de assistência social, por ela atualmente executadas diretamente no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, visando à implementação do disposto nesta lei, por prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação desta lei.
- C. Cabe ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social operar os benefícios de prestação continuada de que trata esta lei, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento.
- D. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por decisão da maioria absoluta de seus membros, respeitados o orçamento da seguridade social e a disponibilidade do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), poderá propor ao Poder Executivo a alteração dos limites de renda mensal per capita definidos no § 3º do art. 20 e caput do art. 22.
- E. O Poder Executivo tomará as providências necessárias para a instalação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a transferência das atividades que passarão à sua competência dentro do prazo estabelecido no caput, de forma a assegurar não haja solução de continuidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

25. Conforme a Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, assinale a alternativa incorreta:

- A. Nos Estados ou Territórios em que os profissionais que neles atuam não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional, deverá ser constituída uma delegacia subordinada ao Conselho Regional que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal.
- B. Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.
- C. A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.
- D. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.
- E. N.D.A.

26. Com relação à Gestão Pública e Ética no Trabalho, assinale C para assertiva correta e I para assertiva incorreta:

() A Administração Pública se constitui no instrumental de que dispõe o Estado para implementar as prioridades do Governo. Assim, merece atenção especial o estudo acerca das ações empreendidas pelo gestor da coisa pública, sobretudo em relação ao grau de aderência ao interesse público (efetividade). Deve haver compatibilidade entre as prioridades de governo e o querer da coletividade.

() Verifica-se grande dificuldade da sociedade em avaliar a conduta dos gestores públicos, notadamente em função da ausência de informações tempestivas, suficientes e confiáveis.

() Aos Tribunais de Contas compete verificar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que está erigida sobre alguns pilares, dentre os quais o da transparência.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A. C – I – C
- B. C – C – I
- C. I – I – C
- D. C – C – C
- E. I – I – I

27. É um órgão permanente, (uma vez criado não pode ser extinto). É autônomo, (autônomo em suas decisões, não recebe interferência de fora). Não jurisdicional (não julga, não faz parte do judiciário, não aplica medidas judiciais). É encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Pode requisitar serviços

públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social e previdência.

O texto acima se refere ao:

- A. Conselho Tutelar
- B. Conselho Estadual de Direitos
- C. Ministério Público
- D. Programa Bolsa Família
- E. Programa Bolsa Escola

28. A criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos pela Constituição e nas leis. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente considera-se adolescente o sujeito de:

- A. 14 anos incompletos a 18 anos completos.
- B. 12 anos completos a 18 anos incompletos.
- C. 11 anos completos a 18 incompletos.
- D. 13 anos completos a 18 anos completos.
- E. 13 anos incompletos a 18 anos completos.

29. Conforme assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados:

- I. Por ação ou omissão da sociedade ou do estado.
- II. Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
- III. Em razão de sua conduta.

Está (estão) correto(s):

- A. I apenas.
- B. II apenas.
- C. I e II apenas.
- D. I e III apenas.
- E. I, II e III.

30. São atribuições do Conselho Tutelar:

- I. Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- II. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- III. Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- IV. Expedir notificações.
- V. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

- A. I, II e III apenas.
- B. I, III e IV apenas.
- C. I, II e V apenas.
- D. I, II, III e IV apenas.
- E. Todos os itens.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

31. O cuidado e amparo à criança/adolescente são de responsabilidade de seus pais ou responsáveis. São eles que formam uma infraestrutura racional e psicológica para que ocorra o amadurecimento social destes menores. Consistem em atribuições do Conselho Tutelar, exceto:

- I. Busca e apreensão de Crianças, Adolescentes ou pertences dos mesmos.
 - II. Autorização para viajar ou para desfilar.
 - III. Dar autorização de guarda.
 - IV. Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, parágrafo 3º, inciso II da Constituição Federal.
 - V. Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.
- A. I e IV apenas.
 - B. I, II e III apenas.
 - C. II e V apenas.
 - D. III, IV e V apenas.
 - E. I, III e IV apenas.

32. Referente à Criança e o Adolescente, o atendimento psicossocial e jurídico deve utilizar procedimentos individuais e grupais, conforme for indicado, e deve ser conduzido levando em consideração:

- I. O compromisso fundamental de proteger a criança e o adolescente, acreditando sempre em sua palavra.
 - II. A necessidade de identificar o fenômeno, avaliar a gravidade do caso e a probabilidade de risco para a criança ou adolescente.
 - III. Que a eficácia da atuação depende de se ter como alvo a família em sua dinâmica interna e externa, para que possa ser interrompido o ciclo da violência.
 - IV. Que as crianças, adolescentes e famílias necessitam de atenções específicas de caráter social, psicológico e jurídico.
- A. I e II apenas.
 - B. II e III apenas.
 - C. I, II e III apenas.
 - D. I, II e IV apenas.
 - E. I, II, III e IV.

33. Sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assinale a alternativa incorreta:

- A. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada.
- B. O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social.
- C. O SUAS exclui a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, impedindo a superação de situações de vulnerabilidade.

D. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso.

E. N.D.A.

34. Julgue os itens a seguir:

- I. A gestão das ações e a aplicação de recursos do SUAS são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
- II. Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e seus pares locais, que desempenham um importante trabalho de controle social.
- III. As transações financeiras e gerenciais do SUAS contam, ainda, com o suporte da Rede SUAS, sistema que auxilia na gestão, no monitoramento e na avaliação das atividades.
- IV. Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa.

Estão corretos:

- A. I e II apenas.
- B. I, II e III apenas.
- C. I, II e IV apenas.
- D. II, III e IV apenas.
- E. I, II, III e IV.

35. Com relação à Gestão do SUAS, assinale a alternativa incorreta:

- A. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) comporta quatro tipos de gestão: da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios.
- B. As responsabilidades da União passam principalmente pela formulação, apoio, articulação e coordenação de ações.
- C. Os estados, por sua vez, assumem a gestão da assistência social dentro de seu âmbito de competência, tendo suas responsabilidades definidas na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).
- D. No caso da gestão municipal, são possíveis três níveis de habilitação ao SUAS: inicial, básica e plena. A gestão inicial fica por conta dos municípios que atendam a requisitos mínimos, como a existência e funcionamento de conselho, fundo e planos municipais de assistência social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

E. No nível básico, o município assume, sem autonomia, a gestão da proteção social básica. No nível pleno, ele passa à gestão parcial das ações socioassistenciais.

36. Marque C (CERTO) ou E (ERRADO) conforme as afirmativas abaixo:

() Os Benefícios Assistenciais integram a política de assistência social e se configuram como direito do cidadão e dever do Estado. São prestados de forma articulada às seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social, por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais, ampliando a proteção social e promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

() Os Benefícios Assistenciais se dividem em duas modalidades direcionadas a públicos específicos: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais.

() O BPC garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo vigente ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A. E – C – C
- B. C – E – C
- C. C – C – E
- D. C – C – C
- E. E – C – E

37. Julgue os itens a seguir:

- I. Os Benefícios Eventuais caracterizam-se por seu caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
- II. O acesso aos Benefícios Assistenciais é um direito do cidadão. Deve ser concedido primando-se pelo respeito à dignidade dos indivíduos que deles necessitem. Todo o recurso financeiro do BPC provém do orçamento da Seguridade Social, sendo administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e repassado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.
- III. A prestação e o financiamento dos benefícios eventuais são de competência dos municípios e do Distrito Federal, com responsabilidade de cofinanciamento pelos estados.

Está (estão) correto(s):

- A. I apenas.

- B. II apenas.
- C. III apenas.
- D. I e II apenas.
- E. I, II e III.

38. De acordo com o Estatuto do Idoso, assinale V para afirmativa verdadeira e F para falsa:

() O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

() É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

() É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 55 (cinquenta e cinco) anos.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A. F – V – V
- B. V – V – V
- C. F – F – V
- D. V – V – F
- E. F – V – F

39. Assinale a alternativa incorreta sobre o Estatuto do Idoso:

- A. É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.
- B. As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.
- C. A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade à pessoa física ou jurídica nos termos da lei.
- D. Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.
- E. N.D.A.

40. A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

- I. Cadastramento da população idosa em base territorial.
 - II. Atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios.
 - III. Unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social.
- A. I apenas.
 - B. II apenas.
 - C. III apenas.
 - D. I e II apenas.
 - E. I, II e III.